

O Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura – IIPA, 1859-1871: o malogro de um projeto inovador de parceria público privado*

*Christine Rufino Dabat***

*Victor Hugo Luna Peres****

1. Introdução

Durante o Império, a inovação na agricultura foi marcada por iniciativas do Estado central. Esta tendência, então mundial, visava promover instituições estatais ou patrocinadas pelo Estado para auxiliar os produtores nos esforços de modernização de um setor ainda crucial. Nessa época, já se tinha longa experiência de globalização – de três a quatro séculos para a América –, sobretudo para produções agrícolas requerendo condições ambientais tropicais, mas destinadas a mercados na zona temperada, particularmente europeia: açúcar, café, cacau, algodão, etc. Na esteira de tradições seculares – medievais cristãs e islâmicas e, nos Tempos Modernos, das iniciativas de ordens como os Jesuítas, atentos aos desdobramentos técnicos chineses (PERES, 2009) –, as autoridades brasileiras também se esforçaram, no século XIX, em promover novas atividades e, sobretudo, melhorias nas já instaladas – entre elas a sacaricultura –, tanto em termos técnicos como de formação de quadros.

* Os autores são gratos a Hugo Leonardo Alexandre Santiago pela ajuda na revisão do texto.

** Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife (PE), Brasil. E-mail: christine.rufino.dabat@gmail.com

*** Universidade Aberta do Brasil (UAB)/ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife (PE), Brasil. E-mail: victorhperes@hotmail.com

Tais esforços envolviam setores científicos, a exemplo da botânica e agronomia. Assim, jardins botânicos foram promovidos, visando aclimatação ou desenvolvimento de variedades mais produtivas e resistentes às pragas. No caso da cana de açúcar, hegemônica em Pernambuco, o desempenho industrial na etapa de fabricação do produto era também essencial.

Sensíveis às tendências modernizantes na Europa, as autoridades brasileiras não pouparam as iniciativas, tais como fundação e financiamento de institutos de agricultura, escolas agrícolas e estabelecimentos de formação de quadros técnicos. O caso aqui estudado é do Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura (IIPA).

Embora seguindo um modelo presente em outras províncias e lançado pelo próprio monarca na sua viagem a Pernambuco em 1859, o IIPA não manifestou o dinamismo esperado. A ausência de realizações e até mesmo a raridade dos rastros documentais que o Instituto deixou são os traços mais marcantes de sua breve existência. Embora repleto de boas intenções modernizadoras, sua efemeridade contrasta fortemente com a instituição – privada – que o sucedeu: a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (SAAP), fundada com participação imperial pouco depois do desaparecimento do IIPA.

2. “Modernidade precoce”

A colônia mais lucrativa do império português, segundo Celso Furtado, Pernambuco nascera literalmente dos canaviais. Até 1820, a Província era “responsável por 50% da renda obtida com a exportação de açúcar e algodão”, embora se constatasse certa “decadência” ao longo do século (SCHWARCZ, 1993, p. 118).

Como o Caribe, o Nordeste brasileiro fora, nas palavras de Sidney Mintz, moderno antes da própria Europa, em virtude de sua função principal de produtor de uma mercadoria de gênese globalizada, motor da própria colonização: o açúcar. Tratava-se de “uma instância de modernidade precoce, uma modernidade não esperada (e de fato não percebida); não percebida, talvez, particularmente porque estava acontecendo nas colônias antes que acontecesse nas metrópoles” (MINTZ, 2010, p. 87).

Planta asiática, domesticada e desenvolvida agronomicamente nas ilhas do sudeste asiático, na Índia e no mundo islâmico, a cana-de-açúcar fora produzida no Mediterrâneo e nas ilhas do Atlântico pelas potências europeias em ascensão que estavam, nos Tempos Modernos, a procura de “terras do açúcar”.¹ Pernambuco foi uma das primeiras no Brasil.

1 Título francês de *Nordeste*, de Gilberto Freyre.

No século XIX, esta modernidade tanto agrícola quanto industrial – o engenho sendo uma fábrica no campo (SCHWARTZ, 1988, p. 101) – havia perdido algo de seu dinamismo secular, embora a produção continuasse ascendente. Inovações técnicas próprias da Revolução Industrial contemporânea na Europa foram rapidamente importadas. Assim, o vapor era utilizado em engenhos pernambucanos desde 1817. Nos anos 1840, a técnica a vácuo fora também adotada, com a assessoria de especialistas franceses como Rigaire e Sommier. Em 1854, havia 532 fábricas na Província, das quais cinco engenhos já funcionavam a vapor com maquinaria inglesa importada (MAIA, 1985, p. 17).

Em meados do século, as autoridades provinciais convidaram engenheiros franceses e, assim, abria-se o “Ciclo Vauthier” de influência francesa no Brasil, segundo Gilberto Freyre (1960). Entre os companheiros de Louis Léger Vauthier, Henri Auguste Millet, “um francês brasileiro”, estabeleceu-se como produtor de açúcar e contribuiu para o desenvolvimento do setor em diversos momentos e dimensões (ANDRADE, 1987, p. 9).

Estes peritos trabalhavam em grandes obras que o presidente da Província, Francisco Rêgo Barros, queria implementar visando a modernização da capital e da área produtora de açúcar. Questões primordiais eram de saúde pública: os alagados e as águas estagnadas nos quintais sendo relacionadas a epidemias catastróficas; e o esgotamento sanitário, considerado pelos higienistas fundamental para uma vida saudável e civilizada (ARRAIS, 2004). A nova legislação tratava também da limpeza urbana, salubridade nas edificações, etc. (SOUZA, 2002, p. 10).

Paralelamente, as autoridades tomaram iniciativas na modernização dos meios e vias de transporte, para facilitar o escoamento da produção do açúcar exportado pelo porto do Recife. Estradas, pontes, túneis e ferrovias ocupavam um espaço crescente nos discursos e nos projetos do poder público.

Neste contexto, o governo imperial manifestara também preocupação com modernizações mais profundas que mantivessem e melhorassem o patamar produtivo da nação: em Pernambuco, tratava-se essencialmente da produção de açúcar. Como menciona José Murilo de Carvalho (1988, p. 11), o poder central havia se firmado, então, por meio de várias estratégias, inclusive nesta dimensão de promotor de modernizações.

3. Governo imperial e iniciativa nacional

Neste período, as autoridades brasileiras promoveram a inovação tecnológica e mais geralmente produtiva, inclusive agrícola, como objetivo nacional. Potências europeias desenvolviam paralelamente sua indústria açucareira a partir da beterraba, com forte

apoio estatal, rumo à independência energética. No Brasil, a indústria, considerada pivô da modernização nacional, segundo o modelo europeu da Revolução Industrial, havia testado uma forma eficiente de incentivo, ou seja,

[a] maior expressão institucional deste movimento ilustrado após a Independência foi a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). A SAIN funcionou como verdadeiro órgão consultor do Estado em assuntos agrícolas, ao tempo em que também era autônoma, com eleição da sua diretoria feita por seus membros. Por meio dos artigos de sua revista, O Auxiliador, buscava difundir a necessidade de substituir os conhecimentos tradicionais, “instintivos”, pelos científicos. (DOMINGUES, 2001 apud ARAÚJO, 2006, p. 10).

Este fora o formato também adotado pelo governo imperial para suscitar modernizações e inovações de diversos tipos na agricultura que, por ser um setor primordial na economia do país, merecia atenção cuidadosa e encorajamentos em termos de promoção científica, incentivos financeiros, etc.

Charles Auguste Taunay, um dos fundadores do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, em 1860, era também o autor do famoso *Manual do agricultor brasileiro*, dirigido exclusivamente a grandes proprietários de escravos e terras, que oferecia conselhos e orientações para aprimorar a produção. Seu irmão, Felix Emile Taunay, foi fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, instituição mais longeva, no caso de sua versão pernambucana, do que o IIPA. Com efeito, o Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano, fundado em janeiro de 1862, assim como a Sociedade Auxiliadora da Agricultura anteriormente mencionada, não deixou de existir até hoje (SCHWARCZ, 1993, p. 117).

Havia convergência de interesses entre Estado e classe proprietária quanto à necessidade percebida de modernização e inovações no ramo da produção agrícola. “O Estado não podia sustentar-se sem a agricultura de exportação, pois, era ela que gerava 70% das rendas do governo-geral através dos impostos de exportação e importação” (CARVALHO, 1980, p. 179).

Assim, o governo imperial tomou diversas iniciativas para incentivar a pesquisa e garantir a difusão dos seus resultados.

4. A personalidade do imperador

Dom Pedro II, “monarca nos trópicos” (SCHWARCZ, 1998), prezava sobremaneira as ciências, bem como apreciava as inovações técnicas, a ponto de colocar o Brasil

na ponta do progresso, nas comunicações, por exemplo. Ele seguia nisto a tendência ilustrada de seu avô que introduzira a cultura do chá, convidando “jardineiros” chineses, uma primeira iniciativa mundial “que despertou muita curiosidade na Europa.” (DEAN, 1996, p. 143). Ele havia também fundado a Academia Imperial das Belas Artes e convidado missões estrangeiras de especialistas em diversas áreas do conhecimento e das artes, entre os quais a família Taunay. Com Dom Pedro II, as iniciativas foram ampliadas também na dimensão do ensino, com a fundação do colégio Pedro II.

A persona do imperador era representada na imprensa como sendo o artesão do empreendimento de longo alcance de “civilizar” o país, ocupado por uma natureza exuberante... mas que precisava ser domesticada por meio da ciência e da técnica.

O Brasil estava bastante inculto para compreender a nobreza do lugar que tinha de ocupar entre as nações civilizadas [...] Foi o imperador D. Pedro II que o pacificou e lhe deu a prosperidade que hoje se vê naquele magnífico império cujo destino está, mais do que em outras nações ligado com o de seu monarca. (SCHWARCZ, 1993)

Mecena das artes, incentivador de inovações consideradas apropriadas ao grande projeto de modernização do Brasil, Dom Pedro II pôs em movimento um projeto de autonomia cultural e técnico do país. Assíduo nas suas visitas, ele prezava particularmente o IHGB, que, segundo Schwarcz (1998, p. 126-7), “se transformará, de modo crescente em seu local de predileção”.

O próprio imperador inspirado por essa voga [...]. Ajudou, de diferentes maneiras, o trabalho de cientistas como Martius, as pesquisas de Lund, de Gorceix, dos naturalistas Couty, Goeldi e Agassiz, dos geólogos O. Derby, Charles Frederick Hartt, do botânico Glaziou, do cartógrafo Seybold, além de vários outros naturalistas que estiveram no país. D. Pedro financiou ainda profissionais de áreas diversas, como advogados, agrônomos, arquitetos, um aviador, professores de escolas primárias e secundárias, engenheiros, farmacêuticos, médicos, militares, músicos, padres e muitos pintores. Não é a toa que nessa época tenha ficado famosa a frase proferida pelo jovem monarca brasileiro nos recintos do IHGB “a ciência sou eu”. (SCHWARCZ, 1998, p. 131)

Frequentador de exposições, reuniões científicas, etc., o imperador também não hesitava em se deslocar no país para promover sua visão das mudanças inovadoras

que desejava para o Brasil. Ele veio instalar o IIPA no Recife em 1859, fato narrado no seu diário de viagem.

Neste escrito, publicado em 1952, Dom Pedro II demonstrava interesses pessoais que se desdobravam nos próprios objetivos do IIPA. Em primeiro lugar, a preocupação com o avanço técnico das atividades produtivas: ele visitara, em Pernambuco, engenhos e fundições detalhando aspectos técnicos, com o olhar severo do perito.

Assim, no Recife, ele relatou sua visita às casas de fundição Starr (com detalhes sobre fornos, etc.) e Bowman (DOM PEDRO II, 1952, p. 69-70 e p. 74). Suas breves anotações fazem menção à fabricação de trilhos, além de peças de maquinarias industriais. Em outra oportunidade, ele assinala a necessidade de se instalar uma fábrica central de açúcar em Pernambuco, “para separar, como tanto convém, o fabrico da cultura”, assunto debatido na época como hoje (DOM PEDRO II, 1952, p. 147-8).

Em visita a várias partes da Província (todas na zona da mata), Dom Pedro II tomou o cuidado de listar os engenhos por onde passava, mencionando eventualmente sua capacidade produtiva (arrobas de açúcar por ano, etc.), entre eles os engenhos Morenos, Catende, Bulhões, Velho e Guararapes.

Entre as autoridades e proprietários ou professores que encontrara durante sua estadia, o autor citou Millet, embora sem detalhes. Pela personalidade de ambos e por seus interesses e competências científicas e técnicas, eles devem ter trocado opiniões e ideias a respeito da modernização da atividade açucareira (DABAT, 2012), que tão eloquentemente Millet defendeu ao longo do Congresso Agrícola do Recife, em 1878 (1978). Aliás, Dom Pedro II consagrava anualmente 4:000\$00rs a publicações a respeito do melhoramento da cana-de-açúcar.

Outra preocupação constante do imperador, consistente com os objetivos do IIPA, diz respeito a questões sociais e educativas, em particular os cuidados e a formação dos órfãos. Visitando diversos estabelecimentos, em cidades da região, ele anotou detalhes sobre acomodações físicas dos abrigos, tipo de comida servida, aparência das crianças e seu nível acadêmico, bem como o dos professores. Testava ambos, alunos e docentes, com severidade.

Pouco relato há sobre a questão dos transportes, além dos meios que o imperador usou ao longo de sua viagem. No entanto, é rapidamente citada a capacidade de transporte para o açúcar, seja a cavalo, por vias fluviais ou estrada de ferro, inclusive a integração destas na Mata Sul.

Embora muitos dos objetivos do IIPA figurem entre as temáticas abordadas pelo imperador, a própria instituição recebeu dele tratamento singelo. Apenas na

última página do Diário, no penúltimo parágrafo, ele escreveu: “acabo de instalar o Instituto Pernambucano de Agricultura. Reuniu-se mais gente do que na Bahia; mas veremos quanto dinheiro se reúne” (DOM PEDRO II, 1952, p. 155).

Sócio número um do IIPA, o imperador contribuiu pessoalmente com a soma de 10:000\$000rs, quantia aliás que devotaria, 14 anos mais tarde, à sucessora do malogrado IIPA, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco.

Peter Eisenberg, o maior especialista da história econômica de Pernambuco no século XIX, traça rapidamente o destino da instituição:

A despeito de subsídios imperiais e provinciais, para atividades educativas e experimentais, o IIPA definhou: o Presidente da Província de 1869 deplorou que “o desalento se apoderou desta instituição” e outra autoridade acusou:

a inércia da ineptidão vaidosa de gente que só desperta ao aceno de uma condecoração ou de um título; só se agita quando se trata de suplentes de juízes municipais, de cargos de polícia e postos da guarda nacional; só se afervora por criações de comarcas, divisões e desmembramentos de freguesias com vistas puramente eleitorais, sem atenção à comodidade dos povos e a despeito do senso comum; a inércia, digo, da ineptidão presumida que reluta para que não lhe ofusquem o diúbio clarão, tem sido mais poderosa do que a vontade do fundador de tais institutos. (EISENBERG, 1977, p. 158-9).

5. Os institutos provinciais de agricultura como projeto nacional

Tanto dirigentes quanto viajantes no Brasil apostavam em inovações, sobretudo técnicas, para o progressivo desenvolvimento das capacidades produtivas do país. No caso da agricultura, temia-se a permanência de certa estagnação (alguns autores falam da preguiça dos empresários rurais), que Auroi e Helg (2012, p. 294) resumem da seguinte forma:

O século XIX não levantava tais questões como as vantagens e desvantagens [da colonização]: as exportações agrícolas eram uma dádiva divina; elas criavam grandes fortunas e permitiam a urbanização em capitais nacionais e outras grandes metrópoles. Por outro lado, de fato, a área rural permaneceu estagnada em atraso e desigualdade, pois havia muita terra e muita mão de obra. Progresso e intensificação não eram verdadeiras necessidades.

Embora o esforço devesse abranger todas as províncias, os Imperiais Institutos de Agricultura foram fundados em cinco delas apenas: IIBA, Bahia (1859); IISA, Sergipe (1859); IIPA, Pernambuco (1859); IIFA, Fluminense (1860); e IIRA, do Rio Grande do Sul (1861). A criação dos institutos fazia parte do “clima de prosperidade e de disseminação de ideias progressistas”, assim como do “processo de institucionalização das ciências no Brasil” (ARAÚJO, 2006, p. 10).

Primeiro a ser criado, o IIBA ocupava-se, desde o início, “dos estudos e trabalhos preliminares, indispensáveis para o acerto de suas futuras deliberações”, esforçando-se para fundar sua fazenda modelo, conforme seus objetivos. A participação e contribuição dos 102 sócios (além dos cinco honorários) permitira que, já em 1862-1863, tivesse um orçamento de 71:760\$221rs (BRASIL, 1862-63, p. 9 e 12).

O IIFA, ativo desde o começo, contava com mais de 100 sócios no mesmo período e um fundo de 131:606\$900rs, fruto dos donativos e anuidades. Logo depois, “após cálculos bastante previdentes de sua administração”, o referido instituto ainda assumiu o Jardim Botânico (DEAN, 1996, p. 245).

Em situação oposta, estavam as demais congêneres, o IISA e o IIRA, como declarava o ministro da Agricultura, em seu relatório referente a 1862 e 1863: existiam apenas “na letra”. Do mesmo mal sofria o IIPA, como constatava João Silveira de Souza no *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*, em 1863 (PERNAMBUCO, 1863, p. 50): “parece destinado a não produzir resultado algum.” A situação da instituição era a seguinte:

Poucas sessões celebrou a respectiva directoria nos primeiros tempos de sua criação; nessas algumas providencias de simples expedientes foram tomadas, e de há muitos mezes para cá que não se reúnem. [Explicava-se] em grande parte por justos impedimentos que tem tido alguns de seus membros para comparecer (PERNAMBUCO, 1863)

Tal situação, no entanto, pareceria improvável, diante dos entusiásticos movimentos concomitantes à sua fundação.

6. Objetivos, participantes, propósitos e financiamento

O Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura foi criado em 25 de novembro de 1859, pelo Decreto n. 2.516 de 22/12/1859. Com significativa repercussão, o projeto do instituto era anunciado nos jornais na esteira de uma série de artigos

sobre melhoramentos agrícolas, desde maquinaria até adubação química. Em matéria de 06/12/1859, o *Diário de Pernambuco* divulgava a inovadora iniciativa do monarca e a sua voluntariosa contribuição para o financiamento da instituição. Seguia-se, ao anúncio, um convite expresso “aos agricultores desta província para que se apressem a subscrever as quantias que lhes ditar o seu patriotismo, senão os próprios interesses. [Visto] os imensos benefícios que resultarão à agricultura dessa instituição.” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1859, p. 2). Convocavam-se também as Associações Comerciais, posto que seus membros “não devem ser indiferentes à realização dessa grandiosa ideia” e a agricultura “[...] entre nós definha e morre, e que [ela] entretanto deverá ser o nosso primeiro ramo da indústria”. Figuras importantes da província não demoraram em associar-se aos esforços de estruturação da nova instituição.

De acordo com Silvia Couceiro Bompastor (1988, p. 48), no que se refere à organização da instituição e formação de seus quadros, os regulamentos apontavam a seguinte estrutura:

Segundo os estatutos, o IIPA seria comandado por uma Diretoria composta de sete membros, e o conselho fiscal formado por vinte sócios, sendo o presidente e o vice das duas instâncias nomeados pelo Imperador. O Presidente de Província era considerado Presidente Honorário do Instituto, tendo direito de assistir às sessões e mesmo suspender resoluções tomadas pelos membros do IIPA, até que o governo deliberasse se os entendia ou não prejudiciais ao fim para que é criado o Instituto.

Seguindo as diretrizes, a direção foi composta pelos mais eminentes homens da elite local, boa parte deles grandes proprietários: o presidente da Província, Dr. Luís Barbalho Muniz Fiuza [membro honorário]; vice-presidente, Visconde da Boa Vista; tesoureiro, Barão de Camaragibe; diretores: Dr. Manuel Joaquim Carneiro da Cunha; Dr. Domingos de Sousa Leão, Comendador Manuel José da Costa, Dr. Francisco do Rego Barros de Lacerda, José Carlos Teixeira, Francisco Acioli Gouveia de Lins; Conselho Fiscal: Barão de Rio Formoso, Barão de Suassuna, Barão de Ipojuca, Barão de Capibaribe, Dr. Francisco João Carneiro da Cunha, Coronel Henrique Marques Lins, Dr. Felipe Carneiro de Olinda, Campelo, Lourenço de Sá e Albuquerque, Francisco Honório Bezerra de Menezes, Coronel Joaquim da Cunha Rego Barros, Comendador Antônio Francisco Pereira, Coronel João Coelho da Silva, Comendador Antônio de Sousa Leão, José de Moraes Gomes Ferreira, Miguel Augusto de Oliveira, Dr. Manuel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque,

João Marinho de Sousa Leão, Joaquim Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Xavier de Melo Paes Barreto, Inácio de Barros Wanderley, Manuel da Vera Cruz Lins e Melo (DOM PEDRO II, 1952, p. 155).

Em 1860, o presidente da Província, Luiz Barbalho Muniz Fiuza (*ex-officio* presidente honorário do IIPA) ressaltava, em seu relatório anual, a necessidade de dinamizar a instituição, no sentido de “aproveitar os grandes elementos de prosperidade agrícola de que abunda esta fertilíssima província.” (PERNAMBUCO, 1860, p. 4). Aproveitando a oportunidade para louvar a iniciativa do “Nosso Magnanimo Monarcha”, ele apontava as grandes contribuições da nova instituição: um “elemento civilizador e de riqueza”, “ótima instituição” que “facilitará o conhecimento do nosso solo, os meios de melhor aproveitar sua grande uberidade, corrigir seus desvios, e vencer os obstáculos de sua cultura, difundir os conhecimentos profissionais, introduzir métodos aperfeiçoados e econômicos, que supram a falta de braços.” (PERNAMBUCO, 1860, p. 4).

Contudo, mesmo tendo passado quase um ano da fundação, algumas importantes questões ainda estavam pendentes, impedindo qualquer ação da nova instituição. A primeira delas era a falta de estatuto, cujo texto ainda não havia sido enviado pelo ministro responsável, embora devesse ter como modelo aquele do congênera da Bahia. A segunda questão dizia respeito ao financiamento. Apesar da contribuição do imperador e de algumas doações de primeira hora, os recursos não pareciam suficientes para a realização dos objetivos propostos.

Embora, nos dois primeiros anos, o IIPA tivesse um orçamento bastante módico, passou a ter, nos anos seguintes, uma soma considerável a seu dispor, quando comparado com os demais institutos, como afirmava o presidente da Província, Domingos de Souza Leão. Além da soma disponibilizada pelo próprio imperador no ato de fundação, a instituição recebia, a partir de 1864, subvenção anual de 25:000\$000rs aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial (Lei n. 577, de 20/04/1864) para o custeio da montagem da fazenda normal ou engenho modelo; e outros recursos para o seu funcionamento, especificamente para a cultura da cana e fabrico de açúcar (BRASIL, 1864, p. 16-17). Além disso, também entravam nos cálculos as pequenas anuidades pagas pelos sócios.

Apesar da disponibilidade financeira, sua atividade resumiu-se, contudo, a algumas reuniões pouco promissoras. Devido a este estado de coisas, em 1867, uma nova resolução do imperador entregava a presidência efetiva do IIPA ao presidente da Província no intuito de pô-lo em atividade.

7. A questão das inovações agronômicas

Como nas Antilhas e em Cuba, os problemas de modernização industrial e dos transportes na agroindústria açucareira desdobravam-se em duas frentes: as ferrovias permitindo a extensão geográfica da atividade; e a organização da produção. Havia grande hesitação entre a integração e a separação da agricultura e da indústria. De um lado, venceu em Pernambuco a tradição da fábrica no campo que triunfou com o surto usineiro, as usinas sendo até hoje as maiores produtoras de cana. De outro lado, a proposta inovadora do século XIX promovia a separação das atividades agrícola e industrial, com os engenhos centrais, solução mencionada positivamente pelo imperador. O IIPA dedicava-se à parte agrícola, cujo desempenho afetava também a produtividade industrial (quantidade de sacarose extraída da planta), além de obstáculos como doenças e parasitas.

Dimensões agronômicas, portanto, participavam também das preocupações dos fundadores do IIPA, em particular a baixa resistência de variedades adotadas havia séculos. Taunay o notara, desde 1839, no seu *Manual* citado anteriormente. Como realçado por Thomas Rogers, a “agricultura canavieira era tão primitiva e básica, dizia ele torcendo o nariz, que “qualquer jornalista tem conhecimento suficiente das técnicas.” O cônsul da França em Pernambuco escreveu, em 1888, que a cultura da cana era praticada “como se fosse há centenas de anos atrás; não há o mínimo progresso a registrar, nem na preparação do solo, nem numa melhor utilização dos implementos agrícolas.” (ROGERS, 2009, p. 163).

A inovação agronômica, entretanto, conhecia já longa tradição no Brasil. Para favorecer a adaptação e divulgação de plantas oriundas de outros continentes, bem como de novas variedades, os esforços das autoridades haviam produzido frutos.

Em seguida à tomada de Caiena, na Guiana francesa, ordenada pelo príncipe regente, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, fundado em 1808 e reaberto em 1818, aproveitou parte do tesouro botânico conquistado do jardim do governador da colônia francesa, La Gabrielle, que foi protegido pelas forças brasileiras. A transferência de mudas de muitas plantas beneficiou ademais os dedicados especialistas em botânica no Recife (DEAN, 1996, p. 142). O mais importante entre eles, Manuel Arruda da Câmara defendia, desde 1810, a instalação de um Jardim Botânico em Pernambuco. Situado em Olinda, ele teve uma vida curta retratada por Mateus Samico Simon (2010).

Decretos reais, em 1809-1810, encorajavam por meio de prêmios e isenções de impostos “as pessoas que introduzissem plantas de valor econômico” (DEAN,

1996, p. 142). Warren Dean comenta a falta de interesse que fez pouca honra à iniciativa real, traço que poderá ser constatado reiteradamente por parte dos senhores de engenho e fazendeiros, inclusive no que concerne o IIPA.

Entre os exemplos fragorosos desta falta de interesse e iniciativa, o historiador menciona, por exemplo, a falência da cultura do índigo – que, sob outras longitudes, criou muita riqueza. Segundo Dean (1996, p. 150), isto traduz um fenômeno que pode se ilustrar também no fracasso do IIPA: “a dominação social que canalizava recursos para uma cultura única, quase sempre uma cultura que colocava os pobres em desvantagem na sua produção.”

No final dos anos 1850, iniciativas expressavam novamente a vontade das autoridades de melhorar e diversificar as produções agrícolas. Várias instituições e personalidades contribuíam para este esforço. Assim, além do Jardim Botânico e Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, o próprio Museu Nacional, sob a dinâmica direção de Ladislau de Souza Mello Netto, inaugurou cursos de botânica e agricultura, os quais, queixava-se, “não tinham alunos, a não ser que o imperador comparecesse.” (DEAN, 1996, p. 245).

Nos decênios seguintes, as iniciativas de cunho modernizador e regulamentador, tomadas pelo poder imperial, compõem um conjunto impressionante: adoção de pesos e medidas unificadas; e incentivos à rede ferroviária e a culturas em demanda nos mercados mundiais, como o algodão (particularmente na época da Guerra Civil norte-americana). Warren Dean (1996, p. 246) mostra como estas medidas tendiam, com o apoio de técnicos e especialistas trazidos para o Brasil pelo imperador, a “criar e renovar as instituições estaduais que pudessem acelerar o crescimento econômico ou superar os obstáculos do mesmo.”

O aperfeiçoamento agrícola era tido, portanto, como uma necessidade tanto pelas autoridades brasileiras quanto por observadores e atores estrangeiros. As redes internacionais de contatos e contribuições convergiam para estes propósitos, pelo menos nos círculos científicos. No campo agrônômico, por muito tempo, os métodos de cultivo da cana – principal produção da Província – eram considerados estagnantes, sendo que novas variedades, sementes e técnicas de cultivo deveriam remediar esta situação.

8. Enfrentando a praga

Em nível nacional, os Imperiais Institutos de Agricultura deveriam tomar iniciativas quanto à aclimação e melhoramento das possíveis espécies de plantas agricultáveis

em solo nacional, principalmente aquelas que lideravam a pauta de exportações da nação: café, cana de açúcar e algodão. Algumas destas tentativas de melhoramento foram postas em prática, apesar do parco sucesso em muitos dos casos por força de situações emergenciais, como as medidas tomadas pelos Institutos Fluminense e Baiano no combate à praga da cana caíena, que assolou o território nacional a partir dos anos de 1860.

Esta variedade de cana, introduzida no começo do século XIX por iniciativa da Coroa devido a suas qualidades em termos produtivos, substituiu a cana crioula que predominava desde o século XVI em solo brasileiro:² “de extraordinário teor sacarino, boa produtora de caldo, de corte fácil e muito mole em relação às moendas” (BARBALHO, 1984, p. 89). Ademais, era resistente às estiagens que afetavam muitas das regiões produtoras.

No entanto, após meio século de predomínio (junto com a cana imperial), a cana caíena passou a apresentar sinais de contaminação por uma doença, a “podridão da cana”,³ como era conhecida. Ela causava “uma mucilagem amarela solúvel nas caldeiras”, durante o fabrico do açúcar, o que acarretava constantes interrupções do processo de fabricação e a redução do rendimento (EISENBERG, 1977, p. 59). Entre os peritos, muitas causas foram levantadas sem que se chegasse a nenhum consenso, como relata Evaldo Cabral Mello (1999, p. 172): “os entendidos não conseguiram pôr-se de acordo sobre o diagnóstico, aventando diferentes causas, como a exaustão dos solos, as condições atmosféricas, a degeneração da semente, etc.”

O governo Imperial tomou providências. O Instituto Fluminense, que dispunha da perícia do químico suíço Karl Glaus, foi encarregado de promover pesquisas em proveito de seu congênere baiano (ARAÚJO, 2006, p. 35). A moléstia continuou a disseminar-se afetando os canaviais da zona da mata pernambucana em fins do decênio seguinte (EISENBERG, 1977 p. 80). Contudo, a atitude dos proprietários diante das indicações dos estudiosos contribuiu para a falta de controle da praga.

[Os] barões baianos se mostraram refratários às recomendações resultantes destas pesquisas, para introdução de adubos no combate às pragas (Domingues, 1995, p. 240). O então barão de São Lourenço, Francisco Gonçalves Martins, “desculpava-se para dizer que não acreditava nas causas que a ciência atribuía ao mal dos

2 “Variedade de cana-de-açúcar chegada à América na segunda viagem de Cristóvão Colombo, a qual se caracteriza pelos gomos curtos, espessura média, pouco peso, notabilizando-se por suco bastante doce e tecido macio [...]. A crioula é cana radicada na América quase vinte anos antes de ser explorada nas Antilhas, após novos transplantes, sendo nativa do solo indiano” (BARBALHO, 1984).

3 Outras denominações ainda apareceriam nos jornais, a exemplo de “a moléstia da cana” e o “negócio da cana”.

canaviais, pois nas suas fazendas na Bahia ele tinha observado que nas mesmas condições uns canaviais eram atacados e outros não, assim concluiu que a ciência ainda não tinha dito a última palavra sobre as pragas vegetais”, considerações reafirmadas pelo barão de Cotegipe. (ARAUJO, 2006, p. 35).

No caso pernambucano, o IIPA, mesmo tendo sido fundado “no sentido de dedicar-se quase que exclusivamente à grande lavoura açucareira” (BOMPASTOR, 1988, p. 48), em nada pôde contribuir, haja vista a inatividade notória a que se entregara. No campo político, a tentativa dos representantes da Província na Câmara dos Deputados para obter verbas “para o estudo do mal e a aquisição e fornecimento de novas sementes” fracassou devido ao veto do Senado (MELLO, 1999, p. 172).

Não restando mais opções, a solução coube, assim como em outras regiões, à iniciativa privada de alguns produtores. Estes promoveram a substituição da variedade caiena por outra importada de Java e da Ilha Maurício durante os anos 1880. Experiências de hibridização foram empreendidas,⁴ assim como a adubação, importando guano e nitrato de sódio para fertilizar os solos, pois acreditava-se que a doença fosse o resultado de uma degeneração genética, ou da pobreza dos solos (BOMPASTOR, 1988, p. 29).

9. Escolas agrícolas e ferrovias

O IIPA devia fundar escolas agrícolas para estimular a formação de mão de obra competente nos tratos agrícolas, particularmente no que diz respeito à adubação e outras técnicas apropriadas, bem como à adoção de máquinas e instrumentos novos, que deveriam compensar a eventual falta de braços na perspectiva da extinção da escravidão. A evolução da legislação específica, com a Lei do Ventre Livre, deixava prever uma grande quantidade de crianças e adolescentes a serem treinadas e enquadradas para o bem maior da atividade produtiva.

O IIPA estava encarregado, portanto, de procurar competências até fora do país, como o fizera o da Bahia, com o convite a agrônomos da Escola Agrícola de Grignon (França) (ARAUJO, 2006, p. 196), para compor o corpo docente de sua escola de agricultura. Neste sentido, “no final de 1864, o IIPA, formado em boa parte por grandes proprietários da Província, solicitou ao Governo Imperial

4 Exemplo de iniciativa particular de destaque ocorreu em 1892, quando “Manuel Cavalcante de Albuquerque, proprietário do Engenho Cachoeirinha, de Escada, teve êxito na reprodução sexual de cana, eliminando assim a dependência de pedaços de cana importados e tornando possível a hibridização seletiva. O próprio Cavalcante de Albuquerque criou a variedade Manteiga” (MELLO, 1999, p. 60).

a concessão de terras em Escada onde se pretendia fundar uma fazenda modelo” (SILVA, 1995, p. 52).

No entanto, o Ministério respondeu à consulta realizada pelo IIPA – ou seja, “se pode resolver definitivamente” a concessão das terras da Aldeia da Escada para fundação de uma “fazenda modelo” – por uma solicitação de “informações prévias” sobre a extensão do terreno necessário, as posses existentes no local, as reconhecidas legalmente, etc. (SILVA, 1995, p. 66-67). Um mês após a primeira medida, a Assembleia Legislativa voltava a aprovar um novo crédito de 100:000\$000rs para a aquisição de terras e instrumentos agrícolas. Sem demora, a Presidência da Província passava a executar, com “intenções patrióticas”, nas palavras do ministro da Agricultura, as ações necessárias à aquisição de terras para a instalação da futura fazenda.

Curiosamente, a escolha recaía sobre terras “uberíssimas” – de fato território indígena – que, segundo o ministro, apresentavam condições especiais para a instalação do empreendimento: proximidade do “primeiro mercado”, ou seja, a capital, com a qual havia grande facilidade de comunicação, devido à estrada de ferro. Ora, as terras de Escada, desde os anos 1850, vinham sendo cobiçadas pelos latifundiários da região em virtude de sua qualidade e localização, como sublinhado pelo estudioso Edson Silva (1995). Entre os líderes do IIPA, aliás, havia certos grandes proprietários da região.

O relatório do presidente da Província de 1861, tratando do ensino industrial, ressaltava a “necessidade de também cuidar-se do ensino artístico e do agrícola”.

Parece-me que além da escola de agricultura que promettem os estatutos do Imperial Instituto Agrícola de Pernambuco, seria muito conveniente que agora que se trata da reforma do colégio dos órfãos, alguma providência se tomasse no sentido de aprenderem praticamente alguns colegiais ao menos os princípios gerais de agricultura (PERNAMBUCO, 1861).

Num ambiente que preparava a transição da escravidão para o trabalho livre, medidas eram vislumbradas para aproveitar a mão de obra que seria “libertada” pela Lei do Ventre Livre. De fato, iniciativas diversas seriam tomadas pelas autoridades, a exemplo da Colônia Isabel, criada em 1874, ou seja, logo depois do fim do IIPA.

Ademais, numa região submetida ao regime de *plantation*, a questão dos “ociosos” e outros “vagabundos” sempre voltava à tona nestes tempos de transição. Por exemplo, seria também o assunto de um Relatório de 1866 que tratava da Instrução profissional.

Entre um povo como o nosso, habitando uma zona extensíssima de terras opulentas, e senhor dos mais ricos produtos naturais, é para deplorar que nada ou quasi nada se haja feito desde que nos emancipamos, para desviar as classes sociais do pernicioso pendor do funcionalismo, e incliná-los às artes úteis, aos officios de primeira necessidade, e sobretudo ao exercício da agricultura, que deve ser naturalmente a nossa primeira fonte de riqueza. (BRASIL, 1866)

Lamentava-se, no entanto, que as iniciativas do IIPA não se concretizassem.

Assim é que, em Pernambuco, se tem esterilizado o famoso Instituto Agrícola, criado sob os mais faustosos e lisonjeiros auspícios; assim é que nunca se traduziu em fato o tão necessário engenho ou fazenda modelo, criado por uma lei vossa, com avultado capital e larga subvenção; assim é que eu mesmo que vos dirijo estas palavras de estímulo, vi de longe perecer a mingua d'alento uma tão esperançosa, se bem que modesta instituição agrícola, que me coube a satisfação de fundar numa província vizinha; assim é que muitas outras têm aparecido e desaparecido rápidas de nosso imenso território, que mais que nenhum outro precisa destes poderosos auxiliares da riqueza pública e privada. (BRASIL, 1866)

As autoridades preocupavam-se em manter alguma forma de trabalho obrigatório. Até Joaquim Nabuco considerava que “o pior mal da emancipação [era] a vadiagem, e que uma faculdade discricionária parecia-lhe dever ser dada às autoridades para forçarem os antigos escravos ao trabalho livre” (LAMOUNIER, 1988, p. 86). O grande abolicionista sugeria

obrigar os libertos a engajarem seus serviços dentro de um certo prazo ou com seu antigo senhor ou com outro de sua escolha, sob pena de serem havidos por vagabundos [...] Punir os vagabundos e vadios, não com a prisão simples, que é o que eles desejam, mas com o trabalho nos estabelecimentos ou colônias disciplinares (LAMOUNIER, 1988, p. 86).

Em suma, o assunto parece não ter atizado o interesse da administração do IIPA, e não foi por falta de fundos. O presidente da Província lamentava este desca-so, em 1870: “Um dos serviços, que me parece, pode prestar o mesmo Instituto, é empregar os fundos que lhe pertencem, e que se acham depositados na thesouraria provincial, em auxilio da escola agrícola, cujo estabelecimento acabou de solicitar de vós” (PERNAMBUCO, 1870, p. 15).

O IIPA tinha também por vocação a melhoria dos transportes dos produtos, fator imprescindível de modernização, pois, como mencionado por Marc Hoffnagel (1975, p. 3), “as comunicações internas permaneciam também primitivas. O que era produzido no interior só atingia as cidades costeiras após uma viagem difícil por carro de boi ou comboios de mulas”. As ferrovias (MELO, 2000) viriam em breve melhorar a penetração dos canaviais para além dos locais acessíveis pelas vias fluviais (AROUCHA, 2014), as mais utilizadas para o transporte do açúcar. As ferrovias se estenderam rapidamente, no final do século, permitindo a incorporação de grandes áreas à sacaricultura, particularmente na Mata Sul. A grande usina Catende – por um tempo, no século XX, a maior da América Latina – nasceu destes esforços. Os transportes – ferroviários ou marítimos com os projetos de modernização do porto – eram, portanto, um campo de inovação fundamental “para revitalizar a indústria do açúcar” (HOFFNAGEL, 1975, p. 15). No entanto, não se tem notícia de contribuição efetiva do IIPA neste âmbito.

10. Conclusão: a extinção do IIPA e a criação da Saap

Segundo Eisenberg (1977), desde 1825, os industriais do açúcar, embora dominantes sem disputa, “sentiam a crescente necessidade de criar associações de classe para defender [seus] interesses” Esse autor enfatiza o lado pragmático de tais iniciativas: “considerações exclusivamente práticas, como a da utilidade de organizar o comércio do açúcar e de levantar dados estatísticos” (EISENBERG, 1977, p. 158).

Embora bajulassem o imperador, na ocasião de sua visita, para ter títulos nobilitários além de financiamentos, os grandes produtores de açúcar não manifestaram interesse no projeto do IIPA, potencial dinamizador do setor e da região. “Ao fim do império, a tendência da aristocracia a deixar que outros assumissem por ela os cargos públicos ficou mais pronunciada” (LEVINE, 1980, p. 165).

A partir de 1871, o IIPA pode ser considerado extinto. Apesar de ver sua diretoria e o conselho fiscal serem renovados ainda duas vezes, não se têm notícias, segundo Ferreira Lima, de que a entidade tenha feito algo em benefício da agricultura da província (BOMPASTOR, 1988, p. 51).

Ao folhear os Relatórios de presidentes da Província ao longo dos anos 1860, constata-se a completa inatividade do IIPA. Nos Anais da Assembleia da Província só há raras menções a seu financiamento (1864, p. 421, 422, 442, 443, 447-449). Não se verifica nem mesmo reação quando iniciativas do governo imperial procuravam animar as atividades da instituição. Assim, quando, em 28/04/1869,

o ministro da Agricultura enviou vários lotes de novas sementes de algodão para serem distribuídos entre os proprietários, não houve a quem entregá-los, embora o vice-presidente da instituição tivesse sido repetidamente informado da iniciativa (PERNAMBUCO, 1869, p. 21).

Também em 1869, o presidente da Província renovou a administração, nomeando figuras eminentes da sociedade local, no intuito de revitalizar a instituição.

A Presidência do IIPA ficou a cargo do Conde da Boa Vista (Francisco do Rego Barros), [...] tendo como vice o Dr. Francisco do Rego Barros Barreto. [...] o visconde de Suassuna (Francisco do Rego Barros Lacerda) como presidente do conselho fiscal, na vice-presidência o Barão de Rio Formoso (Manoel Rodrigues Campelo) e na tesouraria o visconde de Camaragibe (Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque) (PERNAMBUCO, 1870, p. 15).

Contudo, a apatia continuava a pairar sobre a instituição e, em 1870, o presidente da Província voltava a queixar-se pelo mesmo motivo.

Último suspiro, por assim dizer, a substituição de parte da diretoria resultou em anúncios convocando os grupos ligados aos interesses da grande lavoura, particularmente os açucareiros, a se mobilizarem, como aponta Silvia Couceiro Bompastor (1988). No *Diário de Pernambuco* de 15 de março de 1871, o IIPA anunciava que procurava uma propriedade onde instalar uma escola agrícola. Como resposta, obteve a proposta de doação de uma propriedade na Mirueira, através da Santa Casa, sendo que uma soma considerável foi autorizada pela Assembleia Provincial para este propósito. No entanto, nada foi feito (BOMPASTOR, 1988, p. 50-51).

Curiosamente, outra entidade, cujo propósito estava contido nos objetivos do IIPA, surgiu logo depois de sua extinção e em paralelo à criação da Saap, embora sua existência fosse incomparavelmente mais curta. Em 24 de janeiro de 1874, era fundada a Colônia Orfanológica Isabel, em virtude da Lei provincial n. 1.053, de 06/06/1872 (ARANTES, 2009). O Barão de Lucena, presidente da Província de Pernambuco, retomava, ao inaugurá-la, os lemas de “modernização da agricultura” e “assistência à infância desvalida; uma coisa estava intimamente ligada à outra, isto é, a falta de braços na lavoura estimulava o aproveitamento da população nacional.” (MAIA, 1985, p. 27). Ambas preocupações eram centrais aos propósitos do IIPA. Mas, como o explica José Murilo de Carvalho (1980, p. 122), “[n]a ausência de suficiente capacidade controladora própria, os governos recorriam ao serviço gratuito

de indivíduos ou grupos, em geral proprietários rurais, em troca de confirmação ou concessão de privilégios”.

Para explicar o malogro do IIPA, duas correntes historiográficas opõem-se. De um lado, Evaldo Cabral de Mello e Silvia Couceiro Bompastor apontaram o insucesso como resultado da falta de incentivos, bem como de um excessivo controle por parte do governo Imperial/Provincial na gestão do empreendimento. Consequentemente, houve perda de interesse por parte da classe de proprietários de Pernambuco. De maneira contundente, Mello (1999, p. 171) afirma:

Havendo imposto à modernização do setor açucareiro a separação do cultivo e do fabrico, o Governo imperial, ao passo que entregava a etapa manufatureira, a mais rentável, às inversões estrangeiras, alheou-se de todo da sorte da etapa agrícola, negando apoio às iniciativas individuais de adoção de novas técnicas e deixando estiolarem-se na apatia e na rotina os Institutos Imperiais de Agricultura.

De outro lado, Peter Eisenberg e Nilton A. de Almeida demonstram o quanto a classe de grandes proprietários locais foi indiferente ou mesmo refratária aos esforços de modernização sistemática da atividade agrícola encetada pelo governo Imperial. Assim, empreendimentos como os Institutos Agrícolas tiveram poucos ou, como em Pernambuco, nenhum resultado concreto.

Ora, no ano seguinte à extinção não oficial do IIPA, ou seja, em 1872, um movimento de grandes proprietários organizou a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (Saap). Formalmente fundada pelo Decreto n. 5.518, de 31/12/1873, a instituição entrou em pleno funcionamento em 1875 (BOMPASTOR, 1988, p. 53). O propósito era enfrentar a crise que se abatia sobre o setor agrário regional devido à ascensão do café no mercado internacional e, sobretudo, à aprovação da Lei do Ventre Livre (1871). A nova instituição, de caráter privado, apresentava-se como porta voz dos interesses da classe dos grandes produtores agrícolas.

Num pronunciamento publicado no *Diário de Pernambuco*, em 05/11/1872, Inácio Barreto, futuro gerente da Saap, destacava o papel da nova entidade na modernização da agroindústria açucareira: “tornava-se patente [...] [que não acharmos] semelhantes recursos, geralmente fora do nosso alcance, se não nos valermos da prodigiosa alavanca da associação, mas de associação que em vez de suplantar a iniciativa individual, a esmere” (BOMPASTOR, 1988, p. 53).

Ao considerar tal depoimento, Sylvia Couceiro Bompastor (1988, p. 53) comenta:

O futuro gerente da SAAP deixa claro o tipo de instituição que estavam tentando organizar: com certa independência financeira em relação ao governo imperial, ao mesmo tempo que aponta as causas do desânimo dos agricultores em participar de entidades agrícolas, quando, no final faz uma crítica ao extinto IIPA, alegando que, ao invés de estimular a iniciativa individual, o excessivo controle exercido pelo governo imperial acabava por sufocá-lo, inibindo a participação ativa dos agricultores na instituição.

Sem questionar o mérito dos argumentos, pode-se destacar que, ao longo de toda a existência do IIPA, a participação, o incentivo e a fiscalização dos governos Imperial e Provincial foram constantes. Em compensação, a participação dos membros da diretoria, muitos dos quais grandes proprietários, parece não ter existido para além das formalidades da nomeação.

O IIPA não figura como ancestral ou inspiração do Congresso Agrícola de 1878 segundo suas atas, nem para a criação da Sociedade Auxiliadora que o organizara, embora a composição de seus quadros tenha muito parentesco com a instituição promovida pelo Império. Ora, foi um evento importante, pois marcou a reação rápida dos empresários do Norte diante das iniciativas do Sul que os excluía, já que similar Congresso fora conveniado no Rio de Janeiro sem sua participação.

Um Congresso semelhante foi convocado para reunir-se no Recife e contou com a presença de proprietários das províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí. As discussões realizadas, as críticas à política imperial de crédito para a lavoura e de obras públicas, as propostas feitas para atender aos reclamos da grande lavoura do Norte. (BERNARDES, 2007, p. 9)

O Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura não deixou, portanto, herança institucional, nem muitos rastros documentais nos arquivos. É difícil avaliar o quanto pode ter suscitado a longa Saap e as sucessivas organizações dos grandes proprietários no Estado, como a Cooperativa dos Usineiros, depois o Sindaúcar, e a Associação dos Fornecedores de Cana (que abrigou nos primórdios). Estas entidades foram os interlocutores do Estado, particularmente do IAA, no século XX, para promover a modernização bem-sucedida do setor agrícola na área então contemplada pelo IIPA.

Referências bibliográficas

ANDRADE, M. C. de. Introdução. In: MILET, H. A. *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. São Paulo: Global, INL, 1987.

ANNAIS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1878. Trabalhos. Recife: Cepa/PE, 1978.

ARANTES, A. Silva. Colônia Orfanológica Isabel. *RBHE*, n. 20, p.105-136, 2009.

ARAÚJO, N. de A. *A Escola Agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil (1877-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Feira de Santana: UFBA/UNEFES, 2006.

AROUCHA, D. C. *A urbanidade do açúcar, transporte do produto no Recife do século XIX*. Monografia. Recife: UFPE Departamento de História, 2014.

ARRAIS, R. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH – USP, 2004.

AUROI, C.; HELG, A. *Latin America 1810-2010. Dreams and legacies*. London: Imperial College Press, 2012.

BARBALHO, N. *Dicionário do açúcar*. Recife: Massangana, 1984.

BERNARDES, D. Notas sobre a formação social do Nordeste. *Lua Nova*, São Paulo, n. 71, 2007.

BOMPASTOR, S. C. *O discurso da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco em Fins do Império: 1875-1885*. Dissertação (Mestrado). Recife: Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 1988.

BRASIL. *Relatório ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. 1866. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. *Relatório ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. 1862-1863. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. *Relatório ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. 1864. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, 1988.

CHACON, V. *Henrique Milet, engenheiro e economista do Pernambuco do século XIX*. Recife: IAA/Museu do Açúcar, 1973.

- DABAT, C. R. A produção de açúcar nas fronteiras da modernidade: o percurso de Henrique Augusto Milet. *CLIO*, Recife, v. 32, n. 2, 2012.
- DEAN, W. *A ferro e a fogo*. A história da devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/12/1859.
- DOM PEDRO II. *Viagem a Pernambuco em 1859*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1952.
- EISENBERG, P. L. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREYRE, G. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- HOFFNAGEL, M. J. *From Monarchy to Republic in Northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895*. Ph.D. Indiana University, 1975.
- LAMOUNIER, M. L. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papirus, 1988.
- LEVINE, R. *A velha usina*. Pernambuco na Federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MAIA, N. de S. F. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco, 1874-1904*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches – Fasa, 1985.
- MELLO, E. C. de. *O Norte agrário e o Império. 1871-1889*. 2ª ed. revisada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MELO, J. C. de. *Modernização e mudanças: o trem inglês nos canaviais do Nordeste (1852-1902)*. Tese (Doutorado). Recife: UFPE PPGH, 2000.
- MINTZ, S. W. *O poder amargo do açúcar*. Recife: EDUFPE, 2010.
- PERES, V. H. L. *Os trabalhadores chineses do açúcar*. Monografia. Recife: UFPE, Departamento de História, 2009.
- PERNAMBUCO. *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*. 1860. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 06 jun. 2014.
- _____. *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*. 1861. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 06 jun. 2014.
- _____. *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*. 1863. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 06 jun. 2014.
- _____. *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*. 1869. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

_____. *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*. 1870. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

ROGERS, T. Geneticistas da gramínea doce em campos decadentes: variedades de cana-de-açúcar, agrônomos e plantadores na abordagem da modernização agrícola (1930-1964). *CLIO*, Recife, v. 26, n. 2, 2009.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, E. H. *O lugar do índio*. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Dissertação (Mestrado). Recife: UFPE-PPGH, 1995.

SIMON, M. S. *O Jardim Botânico de Olinda (1811-1854)*. Monografia. Recife: UFPE, Departamento de História, 2010.

SOUZA, M. Â. de A. *Posturas do Recife imperial*. Tese (Doutorado). Recife: UFPE, 2002.

